

## **'Convites golpistas' nas Américas porão à prova o governo Obama**

### **Sociologia**

Enviado por: lenawb@seed.pr.gov.br

Postado em: 10/07/2009

'Convites golpistas' nas Américas porão à prova o governo Obama Resta saber se os EUA que tanto apoio deram a esses convites antidemocráticos estão ao nível das exigências de uma nova ordem mundial descolonizada, onde justiça social e democracia sejam mais que retóricas. Não à toa a eleição de Barack Obama foi comemorada nas ruas tanto no Quênia como em Salvador (Bahia) e em Nova York. Se ele está ao nível dessas forças profundas de um outro mundo possível o futuro imediato dirá. Saiba mais...

Escrito por Carlos Walter Porto-Gonçalves 08-Jul-2009 Embora a história do Brasil acuse a presença nefasta de ações contra a democracia perpetradas pelos Estados Unidos, nem de longe a expressão La Embajada tem para nós o mesmo sentido que em outros países latino-americanos. No mundo andino, e sobretudo centro-americano e caribenho, a expressão é sinônimo do poder que, em última instância, decide. Desde a Doutrina Monroe (1823) que o caráter imperial dos EUA se desdobrava na América atualizando as piores tradições imperiais européias, que remontam ao Império Romano (é só ver a arquitetura da Casa Branca), unvida pela idéia de Destino Manifesto denunciado, em 1826, por Simon Bolívar. Para aqueles que colocavam em dúvida a sagaz e imediata compreensão de Bolívar do papel dos Estados Unidos, os eventos de 1845-1848 falam por si, quando, em guerra contra o México, os Estados Unidos tomam o Novo México, a Califórnia e o Arizona e completam sua atual face geográfica coast to coast, indo do Atlântico ao Pacífico. Desde então, o destino da América Central e do Caribe ficaria indelevelmente ligado às políticas do Pentágono e La Embajada se tornaria, de fato, base da rede de controle geopolítico da região. Desde então, a obsessão para criar um canal ligando o Atlântico ao Pacífico se torna parte estratégica do controle geopolítico por parte dos Estados Unidos e a Colômbia veria seu território amputado com a criação do Panamá, em 1903, um país criado para que os EUA tivessem o controle do canal. Como parte dessa estratégia, os Estados Unidos intervieram abertamente contra a independência de Cuba por parte dos próprios cubanos, como tão bem observou José Martí, sendo que, no Tratado de Paris, em 1898, em que a Espanha assinara o reconhecimento de sua derrota na grande ilha do Caribe e a independência de Cuba, não estava presente nenhum cubano, mas sim estadunidenses, franceses e espanhóis. Nesse mesmo ano, os Estados Unidos também tutelaram a independência de Porto Rico e, como o Império espanhol fizera desde a descoberta da América, também estabeleceu suas bases na Ásia, também tutelando a independência das Filipinas (terra de Filipe, rei da Espanha). Assim, controlar a América Central e o Caribe é, para os EUA, razão de Estado não só enquanto área estratégica para a segurança do seu território, como também do ponto de vista do controle do comércio mundial, como já demonstrara a Espanha na primeira moderno-colonialidade iniciada em 1492. O caráter estratégico dessa região era tal que até mesmo concessões de direitos trabalhistas e reforma agrária foram feitas em Porto Rico, medidas contra as quais os EUA sempre se colocaram, apoiando as oligarquias latifundiárias que os apoiavam. A raison d'état também se sobrepôs aos interesses econômicos imediatos no Japão do pós-guerra. O caso de Porto Rico é nesse aspecto emblemático, posto que a reforma agrária foi imposta no país pelos EUA, inclusive contra os interesses da poderosa United Fruit Co. Não se pode entender o que se passa hoje em Honduras sem considerarmos esse pano de fundo. Desde os quentes anos da

Guerra Fria que Honduras tem sido um lugar estratégico contra movimentos populares e democráticos na região, como na derrubada da "primavera democrática" guatemalteca (1944-1954), no combate à guerrilha salvadorenha, no apoio aos "contras" na Nicarágua sandinista e na frustrada tentativa de derrubada da revolução cubana com o episódio de Playa Girón. Desde que os movimentos populares começaram a debilitar os governos que se submetiam às políticas do Consenso de Washington, é dizer, desde que o Exército venezuelano assassinou entre 1000 e 3000 pessoas em Caracas, em fevereiro de 1989, e que o presidente Raul Alfonsín no mesmo ano se viu obrigado a renunciar diante das manifestações callejeras contra as medidas de ajuste que decretara, que o pêndulo político na região começou a tender para a esquerda e contra golpes de Estado. A tentativa frustrada de golpe de Estado de Hugo Chávez na Venezuela em 1992, e sobretudo as lições por ele tiradas daquele episódio, foi fundamental para a onda antineoliberal que emana das ruas e que ensejará que uma série de governos se eleja impulsionada por esses movimentos de fundo popular e anti-golpista. O primeiro desses governos seria exatamente o de Hugo Chávez, eleito em 1998, e que mudaria a correlação de forças na região, situação essa que hoje se faz sentir com a condenação unânime do golpe de Estado contra o presidente Zelaya, em Honduras. O mesmo já fora observado em 2002 quando a direita, com inegável apoio do governo e da imprensa dos EUA, tentou um golpe contra o presidente Chávez. À época, diga-se de passagem, foi importantíssima a iniciativa do governo brasileiro através do presidente Fernando Henrique Cardoso. O recente golpe contra o governo democrático de Honduras é um teste fundamental ao governo do presidente Barack Obama, pois são notórias as ligações do Exército golpista hondurenho com a ultra-direita dos falcões estadunidenses que foi derrotada nas urnas nos EUA junto com os neoconservadores do partido republicano. É preciso estar atento para que não se repita agora em Honduras o mesmo que ocorreu no Haiti em 1992, desenho que parece estar se configurando. À época, o padre ativista da Teologia da Libertação Jean-Baptiste Aristide havia sido eleito na primeira eleição democrática realizada no país depois da derrocada da ditadura sanguinária dos Duvallier. À época, a direita colocou todos os obstáculos possíveis para que não fosse respeitada a vontade popular e o presidente eleito Jean-Baptiste Aristide pudesse levar a cabo as reformas de sua plataforma eleitoral vitoriosa e que fazia parte da sua história de militância junto aos movimentos populares haitianos. Configurado o impasse ensejado pelos golpistas contra a vontade popular, o presidente eleito foi retirado do país e levado para os Estados Unidos, onde teve que negociar as condições de sua posse, que incluía a permanência à frente das forças armadas dos militares golpistas de ultra-direita. Os acontecimentos do Haiti depois disso são sobejamente conhecidos mostrando o que significa debilitar a vontade democrática, o que levaria à intervenção militar internacional no Haiti, em 2003. É importante recuperarmos esse (mau) exemplo no Haiti de 1992 posto que se tratava de um governo democrata nos EUA, ou seja, estava no poder o sr. Bill Clinton, quem seqüestrou e armou as condições de retorno condicionado de Jean-Baptiste Aristide. Portanto, não se tratava de um republicano conservador ou neoconservador como seriam os anos Bush. Não, tratava-se de um governo democrata que não foi capaz de enfrentar a direita militar, situação que hoje volta a se delinear no caso de Honduras. O estranho disso tudo é que mídia não se cansa de lembrar o golpe que Hugo Chávez intentara em 1992 e nunca se lembre do golpe de Estado do democrata Bill Clinton contra o povo haitiano e o Sr. Jean-Baptiste Aristide. Se as esquerdas latinoamericanas parecem ter entendido a importância da radicalização democrática, o mesmo não parece ter ocorrido à direita e a região se vê no caso hondurenho, assim como se viu no caso venezuelano de 2002, diante de um momento de bifurcação: ou a consolidação democrática ou o retorno aos golpes de Estado de tão triste memória para as maiorias empobrecidas. E se alguma dúvida ainda pairava no ar, os dois casos recentes de tentativa de golpe de Estado na América Latina deixam claro uma verdade profunda de nossa realidade, a saber: os golpes que tanto caracterizaram o chamado Terceiro Mundo não são uma intervenção estadunidense. As intervenções dos EUA são feitas a convite, como tão bem salientou David Harvey em seu 'O Novo

Imperialismo'. Resta saber se os EUA que tanto apoio deram a esses convites antidemocráticos estão ao nível das exigências de uma nova ordem mundial descolonizada, onde justiça social e democracia sejam mais que retóricas. Não à toa a eleição de Barack Obama foi comemorada nas ruas tanto no Quênia como em Salvador (Bahia) e em Nova York. Se ele está ao nível dessas forças profundas de um outro mundo possível o futuro imediato dirá. fonte:www.correiodacidadania.com.br  
Carlos Walter Porto Gonçalves é professor da Universidade Federal Fluminense e membro do CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais).